

**TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIACU COM A INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE PIRANGI, ESTABELECENDO CONDIÇÕES PARA A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS APROVADOS PELA LEI MUNICIPAL Nº 1.853, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2020.**

Pelo presente instrumento, os abaixo assinados, de um lado o **MUNICÍPIO DE TAIACU**, inscrito no CNPJ sob nº 44.544.690/0001-15, com sede administrativa na Prefeitura Municipal, localizada na Rua Raul Maçone, nº 306, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Maurício Lofrano Geraldo**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 21.721.730-8, inscrito no CPF sob nº 186.554.188-54, residente e domiciliado na Rua José Bonifácio, nº 125, nesta cidade de Taiacu, Estado de São Paulo, doravante denominado **CONVENENTE**, com interveniência da Secretaria Municipal de Saúde, gestora do Sistema Único de Saúde no Município, e, de outro lado, a **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE PIRANGI**, entidade mantenedora do “Hospital Beneficente José Pirondi – Pirangi”, inscrita no CNPJ sob nº 51.804.771/0001-72, com endereço na Avenida Carmem Lucia Giglio Girade, nº 1.901, Jardim Tangará, na cidade de Pirangi, Estado de São Paulo, com estatuto arquivado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da Comarca de Monte Alto, em 25 de agosto de 2011, sob nº 17.863, Livro A, fls. 35 – av. 23, neste ato representada por seu Presidente, **José Orion Bernardes**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 10.612.891-7, inscrito no CPF/MF sob nº 028.424.219.608-08, residente e domiciliado na cidade de Pirangi, Estado de São Paulo, na Rua Cel. Francisco Jozzolino, nº 376, doravante denominada **CONVENIADA**, tendo em vista o que dispõe a Constituição Federal, em especial os seus artigos 196 e seguintes; a Constituição Estadual, em especial os §§ 4º e 5º do artigo 220, as Leis Federais 8.080/90, 8.142/90 e 8.666/93, com suas alterações



posteriores; a Lei Complementar Estadual 791, de 09 de março de 1995, a Portaria 1695/GM, de 23 de setembro de 1994, do Ministério da Saúde, a Lei Municipal nº 1.853, de 28 de dezembro de 2020, e as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, têm entre si justo e acordado o presente **CONVÊNIO**, que passa a ser regido e regulado pelas normas e condições consubstanciadas nas seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS**

O presente convênio tem como fundamento: **a)** o objetivo comum das partes em prestar assistência médica, ambulatorial e hospitalar à população carente, sem fins lucrativos ou econômicos; **b)** a disposição da **CONVENIADA** em atender à população de Taiacu através da saúde municipalizada; **c)** a Lei Municipal nº 1.853, de 28 de dezembro de 2020, através da qual o Executivo ficou autorizado a transferir recursos financeiros da ordem de R\$2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais) à **CONVENIADA**, entidade sem fins lucrativos ou econômicos; **d)** a atuação da referida entidade em benefício dos serviços da saúde municipalizada de Taiacu, de natureza complementar.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente convênio tem como objeto proporcionar maior eficiência quanto ao atendimento médico e ambulatorial à população de Taiacu, no desenvolvimento das ações pertinentes à saúde municipalizada.

**PARÁGRAFO ÚNICO - A CONVENIADA**, em face do programa de parceria de que trata o presente convênio, se compromete a cooperar com o **CONVENENTE**, por meio do atendimento




das demandas da Secretaria Municipal de Saúde, no que se refere à complementaridade dos atendimentos prestados na Unidade Mista de Saúde e no Pronto Socorro de Taiacu, nesses compreendidos plantões médicos em período integral, mediante escala, incluídos sábados, domingos e feriados, consultas médicas, atendimento farmacêutico e de enfermagem, prestação de apoio nos serviços de radiologia, dentre outros, para atendimento dos usuários do SUS, triados através de atividades de plantões de atendimentos médicos na Unidade Mista de Saúde e no Pronto Socorro Municipal e encaminhados para a entidade conveniada, que disponibilizará estes serviços, inclusive internações clínicas e realização de procedimentos cirúrgicos, com alta eficiência de padrão de qualidade técnica e profissional.

**CLAÚSULA TERCEIRA - DO  
DETALHAMENTO DO OBJETO**

Caberá à **CONVENIADA** dar sustentação logística e apoiar, através de seus quadros profissionais, os serviços de atendimento médico e ambulatorial à população carente de Taiacu.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Para os efeitos deste convênio, consideram-se profissionais dos quadros da **CONVENIADA**:

- I - Membros de seu corpo clínico;
- II - Profissional com vínculo de emprego;
- III - Profissional autônomo que, eventualmente ou permanentemente, presta serviços à Associação, sem vínculo de emprego;



IV – Empresa, grupo, sociedade ou conglomerado de profissionais que exerça atividades na área de saúde, prestadores de serviços à Associação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Para fins de execução do objeto do presente convênio, a **CONVENIADA** deverá cumprir com o plano de trabalho apresentado, observando, no caso de internações e de procedimentos cirúrgicos de pacientes do SUS, triados através das atividades de plantões e de atendimento junto à Unidade Mista de Saúde e ao Pronto Socorro Municipal, à disponibilização da logística estrutural do Hospital Beneficente José Pirondi, da qual é entidade mantenedora, compreendendo serviços profissionais de medicina, enfermagem, radiologia, fisioterapia e outros, com a utilização de equipamentos médicos, ambulatoriais e hospitalares, como também os vinculados aos períodos de tratamento e convalescência, abrangendo todos os recursos humanos e materiais utilizados na regular manutenção das atividades de funcionamento interno da unidade hospitalar, dentre as quais as de recepção, secretaria, farmácia, lavanderia, limpeza, copa, cozinha, etc.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - É vedada a cobrança de preço de qualquer serviço executado em decorrência do presente convênio, aos usuários do SUS, respondendo a **CONVENIADA** pela cobrança indevida que for feita por qualquer um de seus profissionais, desde que devidamente comprovada, quando então, o respectivo valor será descontado do repasse financeiro promovido pelo **CONVENENTE**, que providenciará o ressarcimento do cliente ou seu representante.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA**

São obrigações da **CONVENIADA**:



a) manter profissionais de medicina, farmácia, enfermagem, dentre outros, à disposição do **CONVENENTE**, em quantidades suficientes para atender a complementação dos serviços regulares da Rede Médica Municipal, que constituem objeto do presente Convênio;

b) assegurar atendimento aos usuários do SUS, com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, buscando manter o mais alto padrão de qualidade, de eficiência e resolutividade dos serviços prestados;

c) facilitar à Secretaria Municipal de Saúde e ao Conselho Municipal da Saúde o acompanhamento, a fiscalização dos serviços, prestando todos os esclarecimentos e as informações solicitadas pelos agentes públicos credenciados e designados pela Prefeitura Municipal de Taiapu, para o cumprimento de tal finalidade;

d) acatar e fazer cumprir as normas federais, estaduais e municipais em vigor, relacionadas com a promoção, proteção e recuperação da saúde pública, e com a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, assim como as resoluções e os demais regulamentos publicados pela Secretaria Municipal de Saúde e pelo Conselho Municipal de Saúde;

e) encaminhar à prévia aprovação da Secretaria Municipal da Saúde, através de agente credenciado para tal finalidade, os comprovantes mensais dos quantitativos de serviços efetivamente prestados e dos respectivos preços unitários e globais;

f) anotar em registro próprio todas as ocorrências, faltas, defeitos e atrasos relacionados com a execução dos serviços e comunicar a respeito de qualquer irregularidade encontrada,



tanto ao **CONVENENTE**, como ao Prefeito Municipal de Taiacu, para as providências que se fizerem necessárias.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – É de responsabilidade da **CONVENIADA** a utilização de pessoal para execução integral do objeto do presente convênio, cabendo-lhe assumir todos os encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, sociais, comerciais e tributários de qualquer natureza, resultantes de vínculo empregatício na esfera da legislação trabalhista, bem como por aqueles oriundos de transporte e de estadia.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Observado o disposto no parágrafo anterior, em nenhuma hipótese poderão ser transferidos ônus e obrigações de qualquer natureza pela **CONVENIADA** ao **CONVENENTE**, inclusive, sob a alegação de responsabilidade solidária à Prefeitura Municipal, à Secretaria Municipal de Saúde, à Secretaria Estadual da Saúde, ou ao Ministério da Saúde do Governo Federal.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENENTE**

Constituem obrigações do **CONVENENTE**:

a) coordenar e gerenciar os serviços prestados pela **CONVENIADA** de acordo com as diretrizes da Secretaria Municipal da Saúde;

b) acompanhar, fiscalizar, avaliar, controlar e auditar, através da Secretaria Municipal da Saúde e do Conselho Municipal de Saúde, a integral execução do objeto do presente convênio;

c) notificar e requisitar providências à **CONVENIADA** conforme o caso e o interesse público assim o exigir,



sobre quaisquer problemas de atendimento aos usuários do SUS, que possam comprometer tanto a dignidade e o respeito, como o padrão de qualidade e de eficiência da prestação dos serviços.

**CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL**

A **CONVENIADA** responderá pela indenização de dano decorrente de ação ou omissão voluntária, ou negligência, imperícia ou imprudência, que seus agentes, na qualidade de profissionais da saúde, ou prepostos, causarem aos usuários do SUS, à Secretaria Municipal da Saúde, ao Município, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, assegurado o direito de defesa e de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa manifesta, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A responsabilidade civil de que se trata esta cláusula estender-se-á aos casos de danos e perdas causados por falhas ou defeitos relativos à execução dos serviços conveniados, nos termos estabelecidos pelo artigo 14 da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONVÊNIO**

A alteração do presente convênio será possível através da celebração de termo na forma da lei.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Determinados valores unitários de procedimentos poderão, mediante expressa anuência das partes, temporária ou permanentemente, serem acrescidos de percentual resultante da aplicação de fator de incentivo



baseado em circunstâncias epidemiológicas, ou decorrentes do desenvolvimento tecnológico, do grau de complexidade da assistência prestada, da introdução / adequação de novas tecnologias ou de desempenho assistencial e gerencial.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Os custos operacionais dos serviços prestados pela **CONVENIADA** deverão ser comprovados mediante prestação de contas, no prazo de 30 dias após o término do exercício financeiro de 2021.

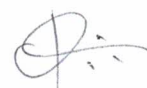
#### **CLÁUSULA NONA - DOS RECURSO ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes do presente convênio correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente, suplementada se for necessário, observada a seguinte classificação: 02.04.01 – Fundo Municipal de Saúde – 10.302.0005.2.114 – Convênios com Instituições Filantrópicas – 3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA**

O convênio será de 12 (doze) meses, gerando efeitos desde 01 de janeiro de 2021 até 31 de dezembro de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO**





A execução do presente convênio será submetida à avaliação, controle e fiscalização pelos órgãos competentes da Secretaria Municipal da Saúde, mediante procedimentos de auditorias e supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas.


**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A fiscalização exercida pela Secretaria Municipal de Saúde sobre os serviços ora conveniados não exime a **CONVENIADA** de sua plena responsabilidade perante o **CONVENENTE**, ou para com os usuários do SUS e terceiros, decorrentes de má-fé, culpa ou dolo na execução do convênio.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Sem prejuízo do acompanhamento da fiscalização e da normatividade suplementar exercido pela Secretaria Municipal da Saúde e pelo Conselho Municipal de Saúde, sobre a execução do objeto desse convênio, o **CONVENENTE** reconhece a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da Direção Nacional do SUS, decorrente da Lei Federal nº 8080, de 19 de setembro de 1990.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Caberá à Secretaria Municipal de Saúde, com auxílio do Conselho Municipal de Saúde, naquilo que for pertinente, a responsabilidade de acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral do presente convênio, devendo ainda, controlar e avaliar todas as ações desenvolvidas, principalmente, a qualidade dos serviços prestados, a satisfação dos usuários do SUS, a eficácia das medidas adotadas, a resolução dos problemas, bem como os aspectos financeiros que envolvem este instrumento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA REGÊNCIA**

O presente convênio regular-se-á pelas suas cláusulas e pelos preceitos do artigo 116 da Lei 8.666/93, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos



e as disposições de direito privado, observadas as normas gerais de saúde pública estabelecidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, e na Lei Federal n. 8.142, de 28/12/90, combinadas com o disposto no artigo 116, da Lei Federal n. 8.883, de 08/06/94 e pela Lei Federal n. 9.648, de 27/05/98, bem assim as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis a espécie, como Lei Complementar Estadual n. 791, de 09/03/95, e a Portaria n. 1695/GM, de 23/09/94, do Ministério da Saúde.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Jaboticabal/SP, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas ou controvérsias decorrentes do cumprimento das cláusulas do presente convênio, depois de esgotadas as tentativas de conciliação das partes pelas vias amigáveis, no âmbito da esfera administrativa, inclusive pelo Conselho Municipal de Saúde.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

A perda da qualidade essencial da **CONVENIADA**, bem como ações ou omissões que prejudiquem, onerem, obstem, interrompam, atrasem ou impliquem no comprometimento da qualidade da cobertura assistencial, importarão em denúncia imediata do presente convênio, resguardada a composição das perdas e danos sofridos pelo **CONVENENTE**, na forma da legislação em vigor.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O atraso superior de 30 (trinta) dias no repasse de recursos pelo **CONVENENTE** ensejará à **CONVENIADA** a denúncia do presente convênio, para efeito



de sua rescisão, ou de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, ressalvados os casos de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna ou as situações de urgência e emergência.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O convênio poderá ser livremente rescindido, por qualquer uma das partes, sem a incidência de multa ou sanção, mediante a prévia notificação expedida pela parte interessada com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A parte que provocar o rompimento do convênio, ressalvado o disposto no parágrafo anterior, ficará obrigada ao pagamento de multa fixada em 2% (dois por cento) sobre o valor do repasse mensal.

E assim, estando de plano e comum acordo, as partes firmam o presente termo, sob a forma de convênio, para que produza seus devidos fins e efeitos, juntamente com as testemunhas a final nominadas e assinadas.

Taiapu, 11 de janeiro de 2021.

**MAURÍCIO LOFRANO GERALDO**

**Prefeito Municipal**



**JOSÉ ORION BERNARDES**

**Presidente**

**ARIELLA C. DOS SANTOS BRAGA**

**Secretária Municipal de Saúde**

Testemunha

Nome: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

**ANEXO RP-15 - REPASSES AO TERCEIRO SETOR**  
**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO - TERMO DE CONVÊNIO**

**ÓRGÃO/ENTIDADE PÚBLICO(A):** Prefeitura Municipal de Taiapu

**CONVENIADA:** Associação Beneficente de Pirangi

**TERMO DE CONVÊNIO N° (DE ORIGEM):** 001/2021

**OBJETO:** Repasse mensal de valores para custeio da prestação de serviços médicos ambulatoriais e hospitalares, de forma complementar, nestes compreendidos os profissionais de saúde como médicos, enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem, farmacêuticos, serviços de radiologia e outros profissionais, através de ações e serviços relacionados com plantões médicos integrais, mediante escala, com inclusão de sábados, domingos e feriados para atendimento dos usuários do SUS, triados através de atividades de atendimentos médicos na Unidade Mista de Saúde e no Pronto Socorro Municipal e encaminhados para a entidade conveniada que disponibilizará estes serviços, inclusive internações clínicas e realização de procedimentos cirúrgicos, com alta eficiência de padrão de qualidade técnica e profissional.

**ADVOGADO(S):** .....

Na qualidade de Órgão/Entidade Público(a) e Conveniada, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, estamos CIENTES, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar n° 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

Taiapu, 11 de janeiro 2021.



**ÓRGÃO/ENTIDADE PÚBLICO(A):**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIACU

RUA RAUL MAÇONE, N°306.

CNPJ: 44.544.690/0001-15

MAURICIO LOFRANO GERALDO - PREFEITO MUNICIPAL.

RG: 21.721.730-8

EMAIL: mauriciolofrano@taiacu.sp.gov.br

ASSINATURA:

---

**CONVENIADA:**

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE PIRANGI

AVENIDA CARMEM LUCIA GIGLIO GIRADE, N°1.901.

CNPJ:51.804.771/0001-72

JOSÉ ORION BERNARDES – PRESIDENTE

RG:10.612.891-7

EMAIL: [hbpirangi@gmail.com](mailto:hbpirangi@gmail.com)

ASSINATURA:

---



---

(\*) Facultativo. Indicar quando já constituído.